

Campus Repórter

23

2019 · Ano 13 · Edição 23
Faculdade de Comunicação
Universidade de Brasília

Passei, e agora?

A realidade de estudantes de outros estados que vieram estudar na UnB

Escolas militarizadas

Os prós e contras da gestão compartilhada no DF

Fernando Lopes

O seresteiro que cativou o presidente Juscelino Kubitschek com sua música

Carta do Editor

Os estudantes brasilienses estão presentes em duas reportagens da 23ª edição de Campus Repórter. A primeira discute a presença de jovens de outros estados que vieram estudar na Universidade de Brasília e fala das apreensões e sentimentos de alguns deles. A segunda mostra as escolas públicas militarizadas pelo Governo do Distrito Federal na Estrutural e na Ceilândia, experiência de gestão resultante de parceria entre o Governo local e a Polícia Militar. Professores, alunos, policiais e especialistas discutem os pontos a favor e contra essa experiência. Acompanhando uma tendência do restante do País, Brasília também tem os seus momentos em que a população vai para as ruas protestar ou defender assuntos distintos que ocupam parte da vida local ou nacional. Proibida durante os anos mais duros do Governo militar iniciado em 1964 de ocupar seus largos e vazios espaços, como a Esplanada dos Ministérios, Brasília acordou ainda na fase final do regime. Promovendo manifestações, por exemplo, pela volta das eleições diretas para Presidente da República, entre 1983 e 84. O impeachment do ex-Presidente Fernando Collor, em 1992, foi outro marco. O que já foi um mercado dinâmico, o de venda de games na capital federal, concentra-se hoje basicamente na Feira dos Importados, mas, nesses tempos de crise econômica, os negócios estão travados, como mostra outra reportagem da edição.

Fernando Lopes é um pacato e gentil senhor de cabelos brancos que tem muita história para contar, desde que, ainda menino, em Inhumas, interior de Goiás, descobriu que podia soltar a voz e agradar. Fez serenatas para o Presidente Juscelino Kubistchek, no final dos anos 1950 e início de 60 durante a construção da capital, se travestiu de cantor mexicano de muito sucesso em shows, no rádio e na televisão. Ainda hoje, aos 87 anos, dá sua canja nas noites de domingo em um bar no final do Lago Norte.

Um retrato real, em preto e branco, do conjunto residencial Pôr do Sol, um dos aglomerados habitacionais mais precários de Brasília, finaliza esta edição, que, como sempre, teve a participação de alunos cumprindo todas as etapas de uma produção jornalística. A diagramação e editoração foi coordenada com competência e eficiência pela estudante de Jornalismo Laís Pinheiro.

Boa leitura e um feliz 2020 para todos.

David Renault – Coordenador da Edição Executiva

04

*Para além do
quadro de giz*



12

Paraíso dos Games



18

Passei, e agora?



26

Fernando Lopes



36

E o poço foi às ruas



44

*Ensaio fotográfico:
Pôr do Sol*

Expediente |

Edição executiva

David Renault (Coordenador)

Editores orientadores

David Renault (Apuração e texto) e Marcelo Feijó (Fotografia)

Repórteres

Andréia Moraes, Carlos Augusto Xavier, Daumildo Júnior, Ingrid Ribeiro, Murilo Fagundes, Rafael Barbosa e Beatriz Rodrigues

Fotógrafos

Rafael Beppu, Beatriz Rodrigues e Natália Alves

Diagramação

Lais Pinheiro, Thifany Batista e Natália Alves

Capa

Thifany Batista e Natália Alves

Anúncios de Contracapa

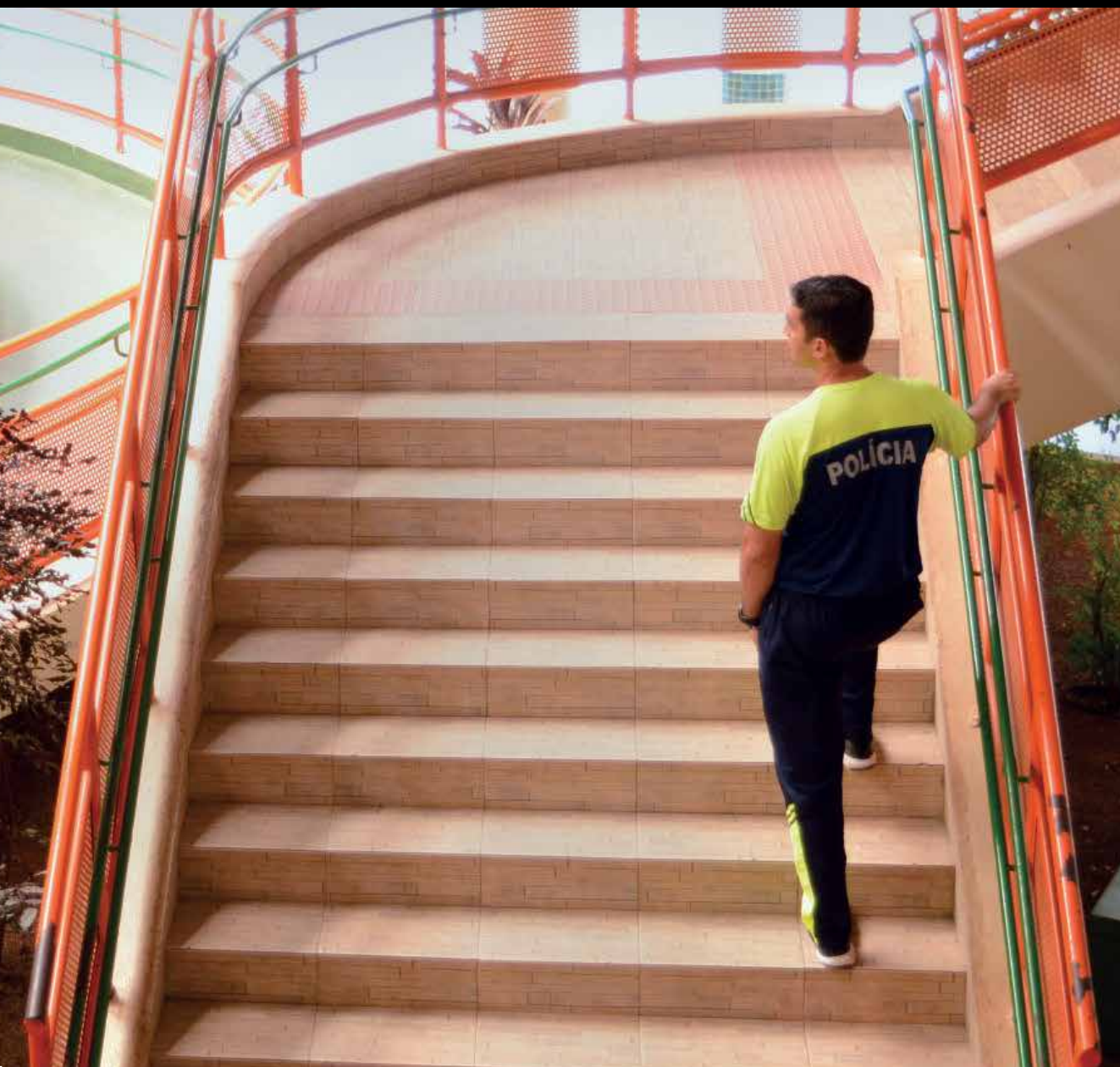
Luciano Mendes e Gabriela Freitas

Para além do quadro de giz

Texto Daumildo Júnior
Diagramação Laís Pinheiro
Fotografia Rafael Beppu



A gestão de escolas públicas compartilhada com a Polícia Militar começou a crescer no Brasil a partir do governo Jair Bolsonaro. Para mostrar como funciona o modelo, a Campus Repórter visitou unidades de ensino no Distrito Federal, conversou com professores, alunos, policiais e especialistas



Muros brancos, portão laranja e um carro da Polícia Militar estacionado em frente. Essa é a entrada do Centro Educacional 7 (CED 7) de Ceilândia, região administrativa com uma população de aproximadamente 500 mil habitantes, a cerca de 30 quilômetros do Plano Piloto, o centro de Brasília. O colégio é uma das quatro primeiras unidades no Distrito Federal que aceitaram o sistema de gestão compartilhada com a Secretaria de Segurança do DF. O que deixa isso mais evidente, além de uma presença constante dos carros policiais, é a escrita azul no muro: “Colégio da Polícia Militar”.

O colégio fica entre duas estações de metrô, Ceilândia Norte e Ceilândia, e Maria*, de 14 anos, demora apenas 15 minutos de casa, a pé, para estar dentro da escola por morar perto, o que não é o caso de boa parte dos 2.500 alunos que estudam no CED 7, a maior das unidades com esse tipo gestão em número de alunos. Muitos vêm de metrô ou ônibus.

A rotina da estudante do nono ano do ensino fundamental varia de acordo com os dias da semana, mas suas tardes são sempre na escola, onde chega às 13h,

e vai para a sala de aula. Pontualmente, às 13h15, toca o sinal, todos da classe se levantam e ficam de pés juntos e mãos coladas ao lado do corpo. Então, um dos alunos da sala apresenta a turma ao professor que começa a entrar na sala. Em seguida, ele ordena que os alunos se sentem e inicia uma das seis aulas do dia de Maria e seus colegas. A formalidade se repete a cada entrada de um novo professor.

Entre Geografia e Matemática, História e Português, às 15h20 toca o sino para o intervalo. Muitos alunos ficam na sala, outros comem a refeição da escola e alguns andam pelos corredores do colégio em grupos de amigos. Tudo sobre os olhares atentos dos oito monitores policiais. O famoso “recreio” acaba às 15h40 e na sala o ritual de apresentação do professor se repete pela quarta vez naquela tarde. Às 17h45 um novo sinal ecoa pela escola. Todos os alunos, de todas as turmas, se dirigem para o pátio e ficam a postos, em fila, para a cerimônia de arriamento da Bandeira. A postura, pés juntos e mãos coladas ao lado do corpo, também é cobrada pelos monitores, tudo em nome da disciplina



O muro do CED 1 da Estrutural foi pintado neste ano, depois da aprovação da gestão compartilhada para a escola.



Parede de um dos pavilhões do CED 7 de Ceilândia, que tem cerca de 2.500 alunos.

e do respeito com o símbolo do Brasil. Aí os alunos são liberados, seguindo a ordem alfabética das turmas, mas ainda em fileiras. Além das atividades diárias no período da tarde, Maria realiza duas vezes na semana, segundas e quartas, o jiu jitsu. O esporte ou atividades extraclasse também são uma das propostas do projeto, que pretende colocar essas práticas no contraturno das aulas. No caso de Maria, o jiu jitsu acontece nas manhãs.

O que é gestão compartilhada?

Para além do hasteamento e arriamento da Bandeira, a gestão compartilhada divide as obrigações dentro das escolas. Segundo a proposta, a parte pedagógica fica a cargo dos diretores, coordenadores e professores, e a parte disciplinar e burocrática com os policiais militares. “Aqui na verdade nós somos um facilitador da disciplina, porque educação a gente já traz de casa. Os policiais estão aqui para facilitar a vida dos professores e do corpo pedagógico, orientar algumas regras e fazer com o que sejam cumpridas”, afirma um dos policiais responsáveis pela disciplina dentro da escola.

Essa parceria entre professores e policiais foi oficializada pelas Secretarias de Educação e de Segurança Pública com a portaria conjunta nº 1, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em 1º de fevereiro de 2019. O documento é ilustrado com um organograma com a hierarquia e obrigações dentro das escolas de gestão compartilhada, escolhidas levando em conta o Índice de Vulnerabilidade Escolar (IVE), que tem dados relacionados à

vulnerabilidade social, aos índices de violência, ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo a Secretaria de Educação.

Mas até a efetiva implementação do programa as escolas passam por mais etapas. No Distrito Federal, quatro escolas foram inicialmente escolhidas e convidadas para funcionar como pilotos em diferentes regiões administrativas, que em outras cidades tradicionais seriam chamadas de bairros: CED 3 de Sobradinho, CED 7 de Ceilândia, CED 1 da Estrutural e CED 308 do Recanto das Emas. O início do processo e o convite aconteceram de forma rápida, já nos primeiros dias de janeiro, período de férias escolares, como explica a diretora pedagógica do CED 1 da Estrutural, Estela Accioly: “Eu recebi uma ligação

“Aqui na verdade nós somos um facilitador da disciplina, porque educação a gente já traz de casa. Os policiais estão aqui para facilitar a vida dos professores e do corpo pedagógico, orientar algumas regras e fazer com o que sejam cumpridas”

Policial Militar em atuação no CED 07



Alunos do CED 1 da Estrutural sendo liberados em fila pelos policiais responsáveis pela disciplina.

no dia 8 de janeiro e no dia 10 fomos para a reunião, onde se falou da proposta de gestão compartilhada com a PM”. Além do “Sim” por parte dos diretores, as escolas também devem fazer uma votação com professores, pais e alunos (caso tenham mais de 16 anos) para saber se a comunidade escolar aceita esse tipo de gestão.

O referendo no CED 1 da Estrutural também aconteceu de forma rápida, de acordo com Estela. “Em 11 de fevereiro, quando retornavam os nossos estudantes, teve toda aquela apresentação com a camiseta branca simbolizando os alunos, enquanto os professores receberam o jaleco”, diz a professora. Mas fundamental foi o dia 13, quando houve a audiência com toda a comunidade. “Marcamos às 14h para falar sobre a gestão compartilhada. E foi unânime. Os pais estavam bem satisfeitos e os professores, imagina, né! Aprovaram a gestão compartilhada”.

De Fardas a Xerifes

Situado perto de uma das entradas da Estrutural, uma área residencial que começou há cerca de três décadas como uma grande favela ao lado do então “lixão” de Brasília, o CED 1 da região administrativa segue o mesmo padrão de cores e estética de seu “irmão” de Ceilândia. A diferença é a cor do portão, que é azul. Ali a rotina de Cecília*, de 13 anos, é bem parecida

com a de Maria, porém no turno matutino.

Cecília e os outros alunos das escolas de gestão compartilhada devem seguir um modelo de vestimenta: calça jeans azul ou preta, camiseta branca para dentro da calça, tênis ou sapato fechado, coque ou cabelo amarrado para as meninas e cabelos cortados para os meninos. A exceção é o CED 7 de Ceilândia, que decidiu deixar cortes e penteados ao gosto dos estudantes.

A disciplina exigida na postura e nas vestimentas é uma das características dos colégios militares no Brasil e no DF não é diferente, exceto pelo fato dos alunos ainda não terem fardas. A explicação do rigor disciplinar está clara na cabeça dos policiais, professores e alunos: preparar da melhor forma para o futuro, para o mercado de trabalho. Embora não seja um colégio militar, as unidades com gestão compartilhada seguem muitos dos seus padrões disciplinares.

Futuramente, os alunos dos colégios compartilhados usarão fardas. E por que isso? “A gente cobra o uniforme militar porque os estudantes precisam dessa dimensão lá fora. No mercado de trabalho, talvez eles possam trabalhar numa empresa calçando sandália, de bermuda, mas se muda um gerente, o dono, um supervisor, talvez ele mude para uma vestimenta mais formal”, afirma o Tenente Lindomar de Jesus, vice-diretor disciplinar do CED 7 de Ceilândia.

“E será que o aluno vai estar preparado para administrar bem essas mudanças?”. O próprio tenente responde: “O objetivo é que nossos alunos estejam preparados para isso”.

A especialista em gestão, professora Débora Dorneles, do curso de Administração da Universidade de Brasília, afirma que, além de disciplinar, preparar os estudantes para o mercado de trabalho é fundamental. “Acho que o que mais falta hoje são as pessoas entenderem que lá na frente essas crianças vão ser adultos que vão precisar de emprego. E muitos não estão tendo emprego porque elas não têm capacitação. O mercado é cruel. Vamos entender que o projeto pedagógico precisa dar mecanismos para que essas crianças, futuros adultos, tenham condições para participar do mercado de trabalho.”

Outra medida implementada para levar a disciplina e responsabilização dos alunos é a figura do chefe de turma, também chamados de “xerifes” da sala. Entre as tarefas dos pequenos chefes estão a apresentação da sala ao professor no início de cada aula, controle dos cartões de liberação ao banheiro e primeira mediação de discussões entre alunos dentro das salas de aula. Apesar de ser um exemplo, o xerife não é um cargo vitalício durante o ano e a cada semana um dos alunos da turma fica com o comando das atividades, seguindo uma ordem pré-definida pela escola.

Para Eduarda*, de 13 anos, estudante do CED 1 da Estrutural, a experiência é um misto de responsabilidade e satisfação. “É bem desgastante e bem legal. Me sinto prestativa”, conta a adolescente. Já para o vice-diretor disciplinar do CED 7 de Ceilândia, tenente Lindomar de Jesus, a figura do chefe de turma ajuda o professor: “É o auxiliar do professor em sala de aula”. Segundo ele, isso ajuda o docente a se concentrar apenas na “mediação do conhecimento”, deixando visível o respeito ao educador e a importância dele em sala de aula. Apesar das exigências e da inserção de novos atores no cotidiano dos alunos e professores, uma das reclamações recorrentes e comuns às partes pedagógica e disciplinar é a falta das fardas.

De acordo com a diretora pedagógica do CED 7 de Ceilândia, Adriana Rabelo, “a maior cobrança por parte da comunidade é ver as coisas fluírem, é ver os alunos com as fardas.” À Campus Repórter, a Secretaria de Educação disse que os uniformes estão em fase de elaboração e, posteriormente, devem passar pela avaliação do Comitê Gestor, criado em outubro com a intenção de regulamentar e monitorar a gestão compartilhada nas escolas. Não há ainda uma data para a entrega das roupas nas escolas.

“Ponto Neutro”

Adriana Rabelo, do CED 7 de Ceilândia, diz que o grande problema do centro educacional era o que chama de “arredores da escola, várias gangues que são inimigas entre si”, mas a administração conseguiu transformar a unidade em um ponto neutro respeitado por todos. “Isso demorou muito tempo para acontecer, para que dentro da escola fosse neutro a essas gangues”. O relato da professora reforça uma das propostas do projeto de gestão compartilhada, que é garantir a segurança, um dos itens considerados fundamentais também pelos alunos. Eduarda revela que atualmente se sente “mais segura dentro da escola”, mesmo sentimento de Cecília, que ainda revela as antigas preocupações da mãe: “Antes ela ficava preocupada, mas agora acha que, se está na escola, está seguro”.

A presença de alunos na Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) também era constante no dia a dia das escolas, de acordo com a professora Madjonei Castro, do CED 1 da Estrutural. “Antes, todos os dias nós tínhamos que ir para a DCA de manhã e à tarde. Hoje não. Este ano tivemos apenas um caso de levar aluno para a delegacia, pelo menos no turno da manhã.”

“Acho que o que mais falta hoje são as pessoas entenderem que lá na frente essas crianças vão ser adultos que vão precisar de emprego. E muitos não estão tendo emprego porque não têm capacitação. O mercado é cruel”

Débora Dorneles

O relacionamento entre alunos e monitores militares tem seus momentos “entre tapas e beijos”, mas o lado doce da relação é o que sobressai. Uma das provas, segundo o Tenente Lindomar, vice-diretor disciplinar do CED 7 de Ceilândia, foi um bilhete espontâneo cujo remetente e destinatário estavam claros: de alunos para tenente. A mensagem era um simples “você é especial!” acompanhado de um coração. Em contrapartida, a palavra acolhida está na boca e nas cabeças de muitos monitores militares, como conta uma policial que não quis se identificar: “Uma vez

uma menina chegou triste e nós fomos lá perguntar por que. Ela disse que aquele dia era o seu aniversário e ninguém tinha lembrado. Então, a gente se juntou e comemoramos com ela”.

As críticas

O projeto de gestão compartilhada ainda dá seus primeiros passos no DF, mas na visão do Sindicato dos Professores (SinPro-DF) o governo erra ao tratar a indisciplina como inimiga do aprendizado e alega que não foi ouvido. “Ele não ouviu a categoria dos professores, porque se tivesse tido empatia conosco, com o sindicato, saberia que não tem como separar indisciplina de aprendizagem, que indisciplina não significa violência”, afirma a diretora do SinPro-DF Mônica Caldeira.

A diretora também ressalta que a condução das votações não ocorreu de forma transparente: “O sindicato acredita que não teve clareza na consulta popular porque a população achava que estava votando numa coisa que não era.” O processo de votação e suposta democratização, também é criticado pela especialista em gestão, professora Débora Dorneles, do curso de Administração da UnB: “Às vezes eu estou

percebendo nas escolas, uma coisa que é para ser bem participativa acaba sendo imposta. ‘Olha, eu tenho um jeito melhor de você participar’. Não, você tem que ter o direcionamento.”

O ex-secretário de Educação, Rafael Parente (que iniciou o projeto de gestão compartilhada nas escolas do DF e foi exonerado pelo governador Ibaneis Rocha em agosto deste ano), acredita que o dinheiro poderia ser mais bem utilizado. “Eu pararia esse projeto e investiria em outras coisas. Eu colocaria dois PMs, um psicólogo, um coordenador de disciplina em cada escola e investiria em ações de integração, como na Saúde”.

Outro ponto questionado por parte da comunidade nas unidades compartilhadas é a formação dos militares, que “não tiveram nenhum tipo de preparação para ir para o ambiente escolar”, de acordo com a diretora Mônica Caldeira. Mas o Tenente Lindomar de Jesus, do CED 7 de Ceilândia, argumenta que todos os monitores têm graduação, alguns com experiência em palestras dentro de escolas. Em julho, por exemplo, os policiais de todas as escolas tiveram uma semana de formação para tratar sobre temas como bullying.

Do outro lado, a grande reclamação de militares

Policiais militares do CED 1 da Estrutural contam que a disciplina é importante e o contato com os alunos é positivo.





Para Mônica Caldeira, Diretora do SinPro-DF, o professor não pode ser visto como um simples transmissor de conteúdo.

e diretores pedagógicos é a falta de uma legislação e regimentos apropriados para as escolas de gestão compartilhada. “O que dificultou e o que a gente ainda sente falta? É da legislação específica”, conta o vice-diretor disciplinar do CED 7 de Ceilândia. Para a professora Débora Dorneles, da UnB, é preciso tempo para obter as bases, mas é necessária celeridade no processo. “As coisas precisam de um certo tempo, mas esse processo, a legislação, precisa ser ponto número um do GDF, ponto número um na Câmara Legislativa.”

“Com a presença da Polícia Militar, as famílias, os pais, os próprios alunos e os professores, eles estão se sentindo de certa forma mais seguros dentro da escola”

Adriana Rabelo

Procurada, a Secretaria de Educação disse que a Portaria Nº 1 já é um documento que regulamenta as escolas de gestão compartilhada. Acrescentou ainda que “um grupo de trabalho, finalizado em abril

deste ano, elaborou o Manual do Aluno, o Regimento dos Colégios Cívico-Militares, o Regulamento de Uniformes e Disciplinar, documentos que serão revisados pelo Comitê Gestor”. A Secretaria de Segurança disse que “os regulamentos estão em fase final de adequação, assinatura e publicação”, mas nenhuma das pastas apresentou uma data.

Escala Nacional

Seguindo alguns exemplos, inclusive do DF, o governo federal pretende implementar em nível nacional 216 escolas cívico-militares até 2023, em parceria entre os Ministérios da Educação e da Defesa, que entraria com agentes da reserva das Forças Armadas, além de policiais e bombeiros militares. A proposta é parecida com a do GDF e prevê investimentos de R\$ 1 milhão por unidade. Aqui também não há unanimidade. “Eu acho que a proposta é irrelevante para o desenvolvimento educacional do país, porque a gente está falando de 200 escolas num universo de 140 mil no total. Isso não é nada”, ressalta o Ex-Secretário de Educação do DF Rafael Parente. No entanto, 15 estados mais o Distrito Federal concordaram com a proposta e resolveram aderir ao programa. A expectativa do Ministério da Educação já é implementar outras 54 escolas pilotos em 2020.

*Nome fictício para preservar a identidade dos alunos.

Na feira dos importados, o paraíso dos games em Brasília

Texto **Rafael Barbosa**

Diagramação **Natália Alves e Laís Pinheiro**

Fotografia **Natália Alves**

O mercado de jogos na capital federal, que já foi muito dinâmico, encontra dificuldades para superar a crise econômica. Vendas continuam travadas, mesmo com índices da economia mostrando leve melhora





Com cifras astronômicas, o mercado de jogos vive uma eterna montanha russa. No Brasil, com a instabilidade econômica a partir de 2014, a situação se agravou ainda mais. E não há perspectiva de melhoras, segundo empresários do setor.

Os brasileiros representam o 13º maior mercado de games do mundo, de acordo com pesquisa da consultoria norte-americana *Newzoo*. Apenas em 2018, este mercado movimentou US\$ 1,5 bilhão (cerca de R\$ 6,2 bilhões), segundo a empresa. As vendas do varejo no Brasil acompanharam em parte o otimismo de outros países e cresceram 2,8% no período, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No Distrito Federal, admiradores de game reúnem conhecimentos e concentram grande parte do mercado em um só lugar: a Feira dos Importados, localizada no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) da cidade, que ao longo de sua história se notabilizou por vender os mais diversos tipos de produtos de outros países e também, às vezes, por batidas de autoridades policiais e fazendárias que confiscam bens contrabandeados.

Os consumidores do local acompanham a variedade de produtos e culturas da feira. O empresário

João Paulo afirma que frequenta o local, pelo menos, uma vez ao mês: “Eu acompanho as inovações por aqui. Acabo levando as novidades para vender na minha empresa, em outro local da cidade e sempre faz muito sucesso”. O estudante Gabriel Henrique, que também elogia os produtos e os serviços da feira, afirma que, além de se “antecipar ao mercado tradicional”, os comerciantes trazem produtos com “preços mais baratos” do que em lojas tradicionais, são prestativos e têm um atendimento cordial.

Ambiente famoso por reunir vendedores, compradores e admiradores brasileiros, o lugar é exemplo da instabilidade no mercado de jogos. Com a volatilidade e constante atualização de games e consoles, empresários do ramo tentam inovar para atrair cada vez mais clientes, que somem nesses tempos de dificuldades econômicas.

Espaço agradável, com 5 pavilhões e centenas de lojas que vendem de roupas, eletrodomésticos até produtos alimentícios importados, a feira brasileira reúne milhares de pessoas por dia, grande parte dos quais procuram por jogos ou produtos relacionados. A loja “Atual Gamers” é exemplo de modernização e diversificação das bancas, que buscam atrair clientes e aumentar os lucros em período de instabilidade.



Movimentando bilhões por ano, mercado de games enfrenta dificuldades em se recuperar de crises econômicas.

Localizada na esquina da principal entrada da feira, o portão 3, a loja especializada em venda de consoles e relacionados atrai dezenas de clientes e curiosos por dia. A empresa tenta se reinventar ao longo dos anos, passando por constantes mudanças, desde a fachada até a diversificação das vendas – incluindo aparelhos eletrônicos diversos no catálogo, por exemplo. Tudo isso buscando contornar a instabilidade econômica que atingiu o Brasil e outros países nos últimos anos, provocando redução do crescimento, índice de emprego e renda.

Danrley Rêgo Gomes, 21 anos, trabalha na Atual Gamers há 6 anos. Mesmo admirador do setor, o vendedor relata que não é usuário assíduo dos games fora do ambiente de trabalho: “Gosto muito de me divertir e ficar jogando aqui na feira, mas, vou admitir, fora daqui nem videogame eu tenho. Acho que me canso”. Gomes passa, pelo menos, 9 horas do dia trabalhando. Em uma mistura de preços que variam de R\$ 50,00, em seu item mais barato (cabo para carregamento do controle), até R\$ 2.300,00 para os itens mais caros (os consoles X Box One X e PS4 Pro), a banca funciona há cerca de uma década e meia.

Em uma cidade nova para os padrões tradicionais, com 59 anos e 3,0 milhões de habitantes, Brasília registra há alguns anos uma espécie de democratização do mercado de games, atraindo clientes comuns. Colecionadores, que antes eram parcela significativa dos compradores, agora representam pequena parte nos lucros das lojas. O grupo, que diminuiu com

“Os comerciantes trazem produtos com ‘preços mais baratos’ do que em lojas tradicionais, são prestativos e têm um atendimento cordial”

Gabriel Diniz



Botões e capas de controle personalizados são vendidos na banca.

o passar dos anos, agora se relaciona, principalmente, por meio virtual.

O cenário é diferente, por exemplo, de 15 anos atrás, quando os colecionadores, que, também possuíam maior poder econômico, eram maioria entre os consumidores na Feira dos Importados. O proprietário do Grupo Power Games, Fernando dos Reis Martins, conta que, depois disso, as vendas esfriaram e o setor só voltou a “deslanchar” um pouco a partir dos anos 2010, com chegada no mercado e a popularização dos consoles, a democratização do setor, a partir da ampliação do perfil dos consumidores.

Questionado sobre as perspectivas de recuperação, uma vez que a economia tem dado sinais de retomada do crescimento, mesmo que tímida, Martins diz que, por enquanto, no setor as vendas continuam travadas, piores, inclusive, do que em 2018. O relato do empresário indica que o ramo dos games pode ter uma dificuldade ainda maior do que outros setores para se recuperar. Ele trabalha com o mercado de jogos há cerca de 15 anos, quando abriu seu primeiro empreendimento, já na Feira dos Importados, e acha que o problema resulta do fato do seu negócio não integrar os chamados “itens essenciais”. Por

isso, os consumidores ainda estão “inseguros para voltar a comprar mais”.

Martins diz ter “esperança que as vendas aumentem” nos próximos meses e se recuperem juntamente com a economia. Acredita que o lançamento de novos consoles das principais marcas – Sony e Microsoft – com apresentações previstas para 2020, devem impulsionar o consumo e “dar um gás às empresas do ramo”.

A loja de Martins é focada totalmente em consoles e seus acessórios, sem itens adicionais relacionados.

***“No Brasil
não tem outra.
Futebol é
disparado
o jogo mais
vendido”***

Fernando Martins

Jogos esportivos dominam as vendas em todas as bancas visitadas pela reportagem.





Para atrair clientes, bancas especializadas em jogos inovam e trazem novos produtos ao catálogo.

Na vitrine, o destaque é para os videogames mais vendidos: Playstation e Xbox. Para tentar se aproximar do público, as marcas que produzem os aparelhos fabricam edições especiais estampando os jogos preferidos dos gamers. No caso, a temática de futebol estampa a maioria das edições especiais.

Não por acaso as empresas escolheram o tema para atrair a atenção do público. “No Brasil não tem outra. Futebol é disparado o jogo mais vendido”, afirmou o proprietário do Grupo Power Games. Nem mesmo o preço ‘salgado’ influencia as vendas do campeão. O mais requisitado em todas as lojas visitadas pela reportagem é o Fifa, com lançamento anual. O preço médio do game é de R\$ 220,00 nos primeiros meses de venda.

Na nova geração de consoles, em que foram apresentados os três mais vendidos atualmente (Playstation 4, Xbox One e Nintendo Wii U), houve uma mudança no costume dos consumidores brasileiros. A Microsoft, dona do antigo Xbox 360, console que antecede o One, perdeu o título do videogame mais vendido no país. Agora, em 2019, a Sony detém o melhor desempenho no setor. O console da empresa é o preferido dos brasileiros, sendo até duas vezes mais vendido que o concorrente. Até outubro de 2019, haviam mais de 100 milhões de consoles da empresa

vendidos em todo o mundo, enquanto o videogame da Microsoft vendeu menos da metade - cerca de 43 milhões de unidades-, de acordo com dados estimados pelo website de monitoramento VGCharts. No Brasil a empresa de inteligência Zoom também apontou a mesma tendência nas vendas.

Em agosto de 2019, um decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro reduziu o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que incide sobre os videogames e os valores caíram da faixa de 20% a 50% para 16% a 40%. Os vendedores brasileiros reconheceram a queda nos preços dos consoles. O preço em aparelhos mais caros chegou a diminuir até R\$ 200,00. Apesar disso, as vendas não aumentaram. Para atrair compradores, a estratégia de lojistas é variar os produtos comercializados. Uma das bancas visitadas pela reportagem aderiu a venda de bonecos temáticos, por exemplo.

Para tentar minimizar o impacto da crise econômica, empresários inovam e trazem ainda mais variedades de produtos de todas as partes do mundo para a capital. O mercado de jogos acompanha a tendência e se reinventou na última década. A expectativa, no entanto, é no lançamento de novos consoles no ano que vem, o que deve impulsionar as vendas não só no Brasil, mas em todo o mundo.





Passei, e agora?

Texto Carlos Augusto Xavier

Fotografia Rafael Beppu

Diagramação Laís Pinheiro

As experiências, vivências e os medos de estudantes de outros estados que vieram para a Universidade de Brasília e constroem o caminho do futuro na cidade

A transferência do ensino médio para o ensino superior pode ser muito difícil para alguns jovens, por ser uma etapa que envolve grandes escolhas em pouco intervalo de tempo. Em função de fatores financeiros, oferta de vagas e proximidade física, entre outros, muitos estudantes optam por realizar a graduação em outra cidade ou estado, sendo essa fase também o início da vida longe da casa dos pais. Nesse cenário, Brasília desponta como um importante destino de brasileiras e brasileiros interessados em um curso superior público de qualidade, por ter a Universidade de Brasília (UnB) como referência, ao lado do centro dos poderes executivo, legislativo e judiciário do País.

“Comecei a pesquisar sobre infraestrutura para moradia, custo de vida e assistência, e observei que a Universidade de São Paulo (USP) e a UnB tinham as melhores condições”, conta Iuiara Pâmela, 21 anos, aluna do curso de Administração e natural de Belo Horizonte, Minas Gerais. “Minha mãe me apresentou a Casa do Estudante como possibilidade de moradia”, diz. Foi aí que se mudou para Goiânia, onde fez o ensino médio no Instituto Federal de Goiás (IFG), e por meio do qual teve a oportunidade de conhecer Brasília em uma visita do Instituto. “Foi bem estranho, acho que não há lugar como Brasília no Brasil, em vários quesitos. Achei o fato de ter muitas árvores bem interessante, assim como o céu e a vista em geral serem bem bonitas”.

Por estar ao lado do centro do poder político brasileiro, a UnB é uma das mais procuradas por estudantes interessados em cursos relacionados às áreas que envolvem questões governamentais, além de campos tradicionais dos setores de saúde, tecnologia e ciências sociais e humanas. “Relações Internacionais aqui sempre foi uma referência nacional”, diz Alex Shisler, 20 anos, estudante do curso de natural de São Carlos, São Paulo. Também é o curso de Lucas Baldissera, 17 anos, nascido em Chapecó, Santa Catarina. “Foi uma escolha bastante técnica. Sempre foi meu sonho ser diplomata. Acabei percebendo que a UnB seria a melhor opção para buscar a carreira diplomática depois”, afirma.

Enquanto para Lucas a Universidade de Brasília foi a escolha mais certa, para Alex a decisão ficou entre a UnB e a USP. O paulista conta que se matriculou primeiro em Química, na USP, e depois em Relações Internacionais, na UnB. Como o receio de morar sozinho ainda o deixava inquieto, pensou em optar inicialmente por Química, mas teve uma surpresa, já que a Lei 12.089, de 2009, não permite que um mesmo aluno ocupe duas vagas simultâneas em universidades públicas.

“Eu já estava indo para as aulas lá na USP e fui chamado na sala do coordenador, que me disse que eu não era mais aluno da instituição. Fiquei em choque, porque achava que poderia optar por qual matrícula manter. Como não tinha me matriculado em disciplinas na UnB, liguei na secretaria e fui informado de que eu teria que estar aqui no dia seguinte. Peguei um ônibus no mesmo dia, tive apenas algumas horas para organizar minha mudança de estado e arrumar as malas, nem consegui me despedir do meu pai, que estava no trabalho”, relata Alex.

Muitos estudantes vêm de regiões distantes da capital e o apoio dos pais e familiares é importante, mas nem sempre é fácil deixar os filhos iniciarem a vida adulta longe dos cuidados maternos e paternos. “Meus pais tiveram pouquíssimo tempo para se adaptarem à ideia. Acredito que eles já sabiam que aquele seria um momento divisor de águas na minha vida e que muito dificilmente eu retornaria depois de decidir estudar fora. Então foi uma mistura de surpresa, tristeza, alegria, torcida e saudade. Foram meses para eles se adaptarem, mas hoje já estão mais acostumados”, relata Joelane Carvalho, 23 anos, que veio de Teresina, Piauí, para estudar Direito na UnB. Ressalte-se que parte de quem vem para Brasília conhece a cidade quando realiza a prova do vestibular, do Programa de Avaliação Seriada (PAS) ou, se o ingresso for pelo Sistema de Seleção Unificado (Sisu), somente no momento da matrícula, como conta Alex: “A minha primeira vez foi no dia da matrícula”.

A mobilidade dos estudantes no País foi facilitada depois que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – fundado em 1998 – passou por uma reformulação com a criação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), em 2009, que permite ao aluno fazer a prova em várias regiões e, com base em sua pontuação, tentar se classificar em determinada instituição

“Meus pais tiveram pouquíssimo tempo para se adaptarem à ideia. Acredito que eles já sabiam que aquele seria um momento divisor de águas na minha vida e que muito dificilmente eu retornaria depois de decidir estudar fora”

Joelane Carvalho

fora de seu local de residência. O Sisu democratizou o acesso às vagas e diminuiu gastos financeiros de candidatos vestibulandos, com viagens a outras cidades para a prova. Antes do sistema, a taxa de ingressantes que mudavam de estado era de 1,5%, tendo atingido um pico de 25% em 2010.

Mesmo que a mobilidade acadêmica provocada pela chegada de alunos de outros Estados ainda seja visível no ensino superior público, houve altos e baixos ao longo dos anos. De acordo com o Censo da Educação Superior 2017, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e vinculado ao Ministério da Educação (MEC), naquele ano somente 10% dos estudantes que ingressaram na rede federal de ensino foram estudar em alguma instituição diferente do seu estado de residência. Em 2013, o índice era de 13%.

Segundo dados do MEC de 2017, os últimos consolidados disponíveis, São Paulo concentrava a maior parte dos jovens que realizaram a mobilidade acadêmica, indo para outros estados. Naquele ano, ao menos um terço dos 31,8 mil alunos que migraram para estudar em outras localidades eram paulistas, seguindo-se os de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Pernambuco, Bahia e Ceará. A estudante de Ciências Sociais, Camila Oliveira, é uma das paulistas que deixaram o estado, saindo de Caraguatatuba para a UnB. “Eu vim com o meu pai fazer a matrícula. Vi que aqui

era muito seco, mas fiquei muito deslumbrada”. No entanto, desde o início sentiu diferenças. “Na minha cidade, quando é feriado, vai todo mundo para o litoral, aqui, feriado não tem ninguém na rua, não passa nem carro”, brinca. Camila também relata que estar sozinha no início era difícil. “Eu não conseguia ficar no silêncio total, tinha que colocar um vídeo ou ligar a televisão para conseguir dormir”.

Assistência estudantil

Um dos fatores que inibem o aumento da mobilidade, com alunos optando por estudar em outras cidades, é a insuficiência de recursos para políticas de assistência estudantil, como moradia, auxílio financeiro e alimentação para pessoas de famílias de baixa renda. Na UnB, especificamente, muitos apontam a demora nos processos de análise dos pedidos. “Dar entrada na assistência estudantil foi um problema por conta do tempo, uma pessoa que precisa não pode esperar seis meses. Sei de colegas que dormiram na rua, em barracas ou em cantos do campus. Entretanto, os funcionários e os servidores são bem compreensíveis, mesmo isso sendo em 2017, quando a crise na universidade pública não estava tão grande como agora”, fala Misael Junior, 21 anos, que veio de Macaúbas, Bahia, para cursar Serviço Social.

O baiano saiu de uma cidade pequena, do interior do estado, e diz que no município o sonho de

Camila diz ter sido criada de forma independente pela mãe, assim, contou com o apoio dela ao decidir mudar para Brasília. As duas conversam todos os dias.



estudar em uma universidade federal parece utópico por estar distante da realidade de muitos cidadãos. Mesmo assim, Misael conta que sua família o apoiava e queria que ele estudasse, fazendo-o desistir da ideia de largar os estudos para ter que trabalhar. Ele está na sua terceira moradia em Brasília, agora na Casa do Estudante Universitário (CEU), assim como João Estevão, 19 anos, aluno de Relações Internacionais e natural de Recife, Pernambuco. “Eu sei que existe a burocracia, a demanda, a análise e o planejamento, mas ainda é deficitário. Eu mesmo só consegui a chave da CEU no último dia do meu primeiro semestre, quando também iria viajar. Sei que as funcionárias são muito solícitas e fazem o trabalho que conseguem com as pressões que sofrem, mas a burocracia que demanda é grande”, diz.

Enquanto Misael descobriu as diferenças de uma cidade do interior e uma metrópole, João Estevão trocou uma capital por outra e diz gostar de Brasília e do fato dela ter sido planejada. Relata como é morar na CEU: “Não sei se foi intencional fazer o alojamento mais longe. A Colina, residência para os estrangeiros e alunos de Pós-graduação, fica mais próxima de supermercados e do comércio. A gente fica mais aqui distante. Eu não vou mentir que gosto, é menos

barulho, mas a localização é ruim. Se faltar uma célula, acabou tudo”, brinca.

Dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) apontam que os valores da bolsa estudantil no Brasil variam de acordo com a região: o Centro-Oeste tem a maior média, com R\$ 302,41, enquanto o Norte tem a menor, R\$ 244,16. Ainda de acordo com a Andifes, relatos de pró-reitores mostram que o atendimento aos estudantes com renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo não alcança todos, pois os recursos são insuficientes. Com a falta de orçamento, as instituições priorizam os que estão com maior vulnerabilidade.

“Todo ano temos o Encontro Nacional de Casas de Estudantes, onde conhecemos a realidade de outras casas e percebemos as vantagens e desvantagens que passamos em nossa própria universidade. A UnB tem um local de moradia mobiliada e isso é incrível, principalmente em comparação outras universidades. Mas temos a grande demora e a falta de vagas no programa. Você fica sem lugar para morar. Conheço muitas pessoas que chegaram a morar na rua até conseguirem o benefício. Em outras universidades, como a USP, existe um prédio provisório onde

Misael se sentia mais acolhido enquanto morava em São Sebastião, sua primeira moradia no DF, por encontrar mais identificação com a cultura do seu estado. Antes de se mudar, João já namorava a arquitetura e o planejamento de Brasília.



a pessoa pode ficar até o seu processo ser analisado e ser contemplado com a moradia” relata Iuiara Pâmela, moradora da CEU.

A partir 2009, os recursos do MEC para a assistência estudantil vinham crescendo, mas estagnaram de 2015 em diante. Criado em 2008, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) recebeu, no seu primeiro ano, R\$ 125,3 milhões em investimentos, passando para R\$ 203,8 milhões, já no ano seguinte. Levantamentos do Ministério indicam que em 2016 foram investidos R\$ 953,7 milhões no Pnaes, valor que passaria para R\$ 957,2 milhões em 2017. O orçamento, ficou um pouco menor do que no ano anterior.

“Acredito que há muito o que melhorar. Eu faço parte da assistência estudantil, mas no começo foi bem difícil. O fato da UnB não oferecer uma acomodação temporária aos estudantes de outros estados é um problema muito grande”, afirma Alex Shisler. Ele teve um problema também com o Passe Livre Estudantil, que foi perdido. Solicitou auxílio emergencial à UnB, o que foi negado, pois “disseram que, como já existia o benefício do passe livre, não poderiam conceder o auxílio emergencial para supri-lo. Acabei me virando como pude, fiquei uns dias sem ir para a UnB”, revela o estudante.

A UnB conta com a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), criada em 1994 em substituição à Diretoria de Serviço Social. A DDS é um braço do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) e trabalha no planejamento, implantação e operacionalização dos programas, projetos e ações da Política de Assistência Estudantil desenvolvidas na Universidade. A partir do momento que um estudante do DF ou de outro estado é classificado na DDS como de “vulnerabilidade socioeconômica” tem direito a refeições de graça no Restaurante Universitário (RU). Para receber o dinheiro do “auxílio socioeconômico”, é preciso passar por um outro processo avaliativo. Estudantes que vem de fora para Brasília, além desses benefícios, contam com o Programa de Moradia, que pode ser na Casa do Estudante Universitário (CEU), que não é suficiente para todos que solicitam, ou na forma de pecúnia, um valor em dinheiro para pagar aluguel.

“Por volta do terceiro semestre passei a morar na CEU. Porém, quando engravidei, no quinto semestre da graduação, solicitei que eu me retirasse da casa e passasse a receber pecúnia”, relata Maria Antônia Furtado, 23 anos, estudante de Psicologia e natural de Piripiri, Piauí. Esta era a regra da UnB e ela conta que passou por dificuldades. “Considero que a época em que fui obrigada a sair da CEU foi um grande fator de risco para minha permanência na universidade.

Foi até mesmo desumano, em um momento de vida que mais precisei, pois sou natural de outro estado, e estava grávida de um filho que logo nasceria”. Maria acha que atitudes como essa podem contribuir muito para que o estudante deixe a universidade no meio do curso e ressalta: “Minha situação foi um marco de rompimento dessas regras retrógradas da UnB, e atualmente, existem até mesmo famílias morando na Casa do Estudante”.

“Conheço muitas pessoas que chegaram a morar na rua até conseguirem o benefício. Em outras universidades, como a USP, existe um prédio provisório onde a pessoa pode ficar até o seu processo ser analisado e ser contemplado com a moradia”

Iuiara Pâmela

Ingresso

Além do SisU, outras formas de ingresso na UnB são o vestibular e o Programa de Avaliação Seriada (PAS). A estudante de Enfermagem, Julia Lins, 18 anos, natural de Damianópolis, interior de Goiás, sempre teve o sonho de entrar na UnB e buscou um caminho um pouco diferente. “Eu sempre quis estudar aqui. Por isso, vim da minha cidade, completei meu ensino médio já em Brasília e consegui passar pelo PAS. Uma felicidade gigante porque sempre foi meu foco”, explica. Julia considera importante o fato de ter sido “muito bem recepcionada” na universidade por alunos veteranos, que “ajudaram muito com as informações sobre a UnB e tudo que eu precisava saber de mais importante no momento em que entrei”. Ela mora na casa do pai, em Planaltina, a cerca de 40 quilômetros do campus Darcy Ribeiro, da UnB, “o que já é de grande ajuda, mas o custo de vida em Brasília é bem caro e talvez seja uma das coisas que mais atrapalham os estudantes, no meu ponto de vista”, diz.

Dados da UnB apontam que, desde 1963, um ano após a fundação da universidade, 109.685 alunos que vieram estudar na universidade criada por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira não eram naturais da capital, o que se explica pelo fato da cidade ter sido inaugurada apenas em 1960. Até 2017 a UnB formou cerca de 145 mil alunos de graduação e pós-graduação. Os



A rondoniense exalta o Enem e o SisU, que oferecem mais oportunidade de ingresso na Universidade. Sem eles, ela não teria condições de vir para Brasília ou de viajar para fazer vestibulares.

dados não detalham em que momento os estudantes se mudaram para Brasília, portanto não há como definir também se vieram exclusivamente para fazer um curso superior ou se já moravam aqui com a família. Mas é possível descobrir no campus da instituição diferentes perfis de brasileiros.

Como Laura Viana, 19 anos, aluna de Relações Internacionais, que nasceu em Nova Mamoré, Rondônia, se mudou para Porto Velho, capital do estado, e depois veio para Brasília. Para ela, a reação de seus pais à mudança para um local distante foi boa. “Como saí cedo para ir estudar o ensino médio na capital do estado, preparei minha mãe para uma futura situação. Além disso, eu estudava muito desde mais nova, então acho que a família já esperava que eu fosse estudar fora”, conta a estudante, que mora na Asa Norte, próximo ao campus Darcy Ribeiro.

Laura confessa que estar longe do núcleo familiar sempre é um desafio. Compara a realidade de quem é de Brasília e quem veio de fora e diz que os estudantes do DF têm a possibilidade de voltarem para casa e encontrarem a família, enquanto os outros conseguem fazer isso, geralmente, duas vezes por ano, nos períodos de recesso, quando conseguem. “Este ano, por exemplo, eu não sei se retorno, porque faço estágio e a passagem está muito cara. Então pode ser a primeira vez que eu passe o Natal e o Ano Novo longe”, lamenta.

Mariana Matos, 25 anos, trocou São Paulo por Brasília, para cursar Administração de Empresas. Natural de Cuiabá, Mato Grosso, antes de Administração, queria fazer Medicina. “Eu fiquei duas semanas morando em um hotel em São Paulo, assistindo aula e cuidando de questões burocráticas em uma instituição privada, porém não consegui o financiamento”, diz Mariana. “Já tinha vindo visitar Brasília antes e tinha detestado a cidade, não gostei da estética, achei bem diferente das capitais do Brasil. Mas mesmo assim, quando me vi na situação de escolher, a UnB foi uma opção boa e mais perto de Mato Grosso”, revela.

Ao contrário de Laura, Mariana acredita que os professores não entendem muito a realidade de quem veio de fora. Diz que estar sozinha é complicado, mas aprendeu a lidar com a situação. “Você ser forte não quer dizer que não sinta. Eu aprendi a ficar sozinha, é uma fase, sei que vai passar, mas ainda me afeta negativamente e acho que nós precisamos da família e amigos. Aprendi a dar mais valor”, diz a cuiabana, que divide o apartamento com Dudu e Bento, seus dois gatos.

Os números dos 109.685 estudantes de outros estados que vieram para a UnB mostram que existe quase uma igualdade de gênero, com ligeira predominância dos que se se declaram do sexo masculino, 52%, contra 48% identificados com o feminino. Outra

indicação é que a grande maioria veio interessada na graduação, correspondendo a 72%, seguido do mestrado e doutorado, 20% e 8%, respectivamente. O primeiro dado coletado sobre cor de estudantes de outros estados na UnB foi em 1981, para um aluno que se identificou como amarelo. Embora seja o primeiro, amarelos são menos de 1% até hoje. O primeiro indígena foi em 1998, mas esses também são poucos, metade do número de amarelos. Os que se declaram brancos ainda dominam, representando 15%, contra 10% de pardos e 3% de pretos. Cerca de 71% não quiseram se declarar ou não têm a informação cadastrada. Atualmente, a UnB tem 50 mil alunos na graduação e pós-graduação em seus quatro campi.

Embora São Paulo seja o que mais exporta estudantes no País, o estado que mais envia alunos para a UnB é Goiás, somando quase 17% do total, o que pode ser explicado pela proximidade geográfica. Em seguida vêm Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, os únicos estados acima de 10 mil estudantes cadastrados na história da UnB até o momento. Entre os que menos enviam estão Roraima, Amapá, Sergipe, Alagoas e Rondônia, com menos de mil estudantes, cada um.

Um exemplo de Goiás é João Gabriel Resende, aluno de Direito que veio de Inhumas, no interior do estado. “Morar aqui é uma mistura de sensações.

Quando sonhava em estudar na UnB, não imaginava as distâncias que enfrentaria todo dia para ir à universidade, já que morei até os 18 anos em uma cidade de que eu poderia ir a pé da escola para casa”, conta o goiano, que reside com os tios em Vicente Pires, a 22 km de distância do Campus Darcy Ribeiro.

“Eu aprendi a ficar sozinha, é uma fase, sei que vai passar, mas ainda me afeta negativamente e acho que nós precisamos da família e amigos”

Mariana Matos

A solidão e saudade provocadas pela ausência de familiares que vivem fora de Brasília contribuem para criar amizades que acabam durante a vida inteira. Juntos, os amigos enfrentam situações conflituosas do dia a dia, mas também criam laços de solidariedade. “É bem legal, porque a gente faz almoço de domingo, às vezes, e se ajuda sempre que pode, entendendo os perrengues um do outro. É bem uma família que forma mesmo”, relata Alex Shisler.

A cuiabana diz ser uma pessoa mais fechada, por isso, em Brasília, tenta ser mais receptiva para fazer novas amizades. Mariana já morava sozinha antes de se mudar para a capital.







Duardinho, o menino que nasceu para cantar

Texto **Andreia Moraes**
Diagramação **Thifany Batista**
Fotografia **Beatriz Rodrigues**

Ao som de um piano da pequena cidade de Inhumas, Goiás, descobriu que tinha um dom especial e nunca mais parou. Já como Fernando Lopes, fez serestas para o Presidente Juscelino, “virou” mexicano, cantou na Cidade Livre nos primórdios de Brasília, em rádio, televisão, em outros estados e ainda encanta sua plateia cativa dos domingos

“No princípio era o ermo... Eram antigas solidões sem mágoa, o altiplano, o infinito descampado... No princípio era o agreste: o céu azul, a terra vermelho-pungente e o verde triste do cerrado”.

Sinfonia da Alvorada, Vinícius de Moraes

Era 1959 e a construção de Brasília estava em pleno vapor. No que viria a ser a Esplanada dos Ministérios, o céu, de um azul quase límpido, contrastava com o grande canteiro de obras que se instalara abaixo: armações dos blocos ministeriais erguiam-se imponentes como grandes caixas alinhadas e a cúpula do Senado Federal já mostrava seu contorno, apesar de ainda não estar revestida. O que viria a ser a capital federal era, então, uma grande obra a céu aberto. Foi esse o cenário que o personagem de nossa história, Fernando Lopes, contemplou quando desembarcou de um ônibus, em 21 de março de 1959, na Cidade Livre, algumas ruas de terra batida com um amontoado de barracos de madeira em meio ao descampado. À frente de toda movimentação e trabalho febril, havia a figura já quase mítica do presidente Juscelino Kubitschek.

Nas palavras do jornalista Claudio Bojunga, autor de *JK: o Artista do Impossível*, Juscelino foi o presidente que conseguiu “rimar crescimento econômico com liberdade” e manter um “compromisso com o sonho e com a imaginação”. E foi essa última característica que fez com que o caminho do presidente se juntasse ao de Fernando Lopes. Destaque-se que, se para Brasília “no princípio era o ermo...” como disse o poeta Vinícius, para o seresteiro Fernando Lopes, o princípio também teve nome e sobrenome: Eduardo Gomes de Faria, gravado em seu registro de batismo. “Você está aqui falando com o Fernando, mas meu nome de pagar duplicata ou ir para a cadeia é Eduardo Gomes”, brinca, em entrevista à *Campus Repórter*.

Se para falar de Brasília é preciso antes falar da saga de ocupação do Planalto Central, para falar do cantor Fernando Lopes, é preciso antes falar de Eduardo, ou “Duardinho”, como sua mãe o chamava, um goiano nascido em 18 de abril de 1932 em Piracanjuba, uma pequena cidade do estado de Goiás, situada a 89 km da capital Goiânia. De ascendência negra, destacou-se, desde criança, por ser um espírito destemido. Após a morte do pai, a família mudou-se para outra cidade goiana: Inhumas, região que, com o trabalho de todos, e em especial de imigrantes sírio-libaneses, espanhóis, italianos, japoneses e

portugueses tinha adquirido o apelido de Princesinha do cerrado.

Foi em Inhumas que Eduardo, ainda criança, teve os primeiros contatos com aquela que seria sua paixão e profissão de uma vida: a música. A escassez de recursos da cidade interiorana fazia com que qualquer coisa diferente se tornasse novidade. “Lá em Goiás, o que tínhamos era fogão de lenha, filtro de barro, e o banheiro era um buraco no quintal”, relembra. Foi então que o médico da cidade, o doutor Cristiano Teixeira, trouxe uma novidade para a comunidade: um refrigerador movido a gás. “Até esse dia, eu nunca tinha visto uma geladeira”, relata. Dona Margarida, esposa do médico e, portanto, a dona da engenhosa máquina, era uma exímia pianista que adorava a voz de Eduardo. Ele, então, ficava o dia todo cantando ao som do piano belas canções que chamavam de semi-clássicas, como *Quem sabe* (1860) de Carlos Gomes ou *Amapoula* (1920) do compositor hispano-americano Joseph Lacalle. Ao final de tanta cantoria, ele recebia o prêmio que considerava mais do que justo e que muito o deslumbrava: um copo de água gelada.

Em 1944, tendo já completado doze anos de idade, o jovem Eduardo foi enviado para estudar na Escola Técnica de Goiânia, local que contribuiu para transformar sua vida, quando conheceu a professora e musicista Nair de Moraes. Durante as audições, a professora de ouvido apurado notou o potencial e o alcance de voz do jovem. Rigorosa, a mestra, como ele a chama até hoje, buscava o aluno onde quer que ele estivesse, mesmo em seu horário de folga, para praticar o canto semiclássico.

A rigidez e a quantidade de aulas não fizeram com que o jovem se enfadasse da música. “Eu era apaixonado e gostava de cantar, mas não sabia qual era o meu potencial”, diz. Ainda no mesmo ano de 1944, não tendo se passado muito tempo do início das aulas, a mestre chamou o aluno e disse que ele já estava pronto para cantar em qualquer lugar. Recomendou que se inscrevesse no concurso de calouros da Rádio Brasil Central de Goiânia e lhe fez uma previsão: “Ninguém vai ganhar de você”.

E assim foi. Por cinco anos consecutivos, o jovem



Fernando Lopes brilhava nas noites brasileiras. Ao lado está uma fã, cujo nome se perdeu na memória do tempo. Foto: Arquivo pessoal

Eduardinho ganhou seguidos prêmios de primeiro lugar, cantando músicas como *Aquarela* (1939), do compositor mineiro Ary Barroso, ou *Granada* (1932), do mexicano Agustín Lara. Esta última, sua música de sorte. Durante as férias escolares, Eduardo voltava a Inhumas e se juntava ao amigo Américo Fernandes para cantar em serestas, festas e bailes da região. Mais tarde, Américo se tornou jornalista e foi o responsável pela vinda do jovem Eduardo para a capital federal.

Olha só que delícia!

Américo Fernandes saiu de Goiás para ganhar a vida como jornalista da cidade grande, trabalhou em várias emissoras de rádio, até assentar-se, em 1959, na Rádio Nacional, estatal, que tinha sede na capital do país, o Rio de Janeiro. A iminente transferência da rádio para o Planalto Central, juntamente com a capital federal, tornou-se uma oportunidade ímpar para Américo retornar a Goiás, onde ainda residiam sua família e amigos. Pediu transferência do Rio para a ainda não inaugurada Brasília.

Em uma de suas visitas a Inhumas, Américo, sabendo que a emissora planejava fazer o próprio *cast*

de cantores, convidou o jovem Eduardo para fazer um teste na emissora. “Ele perguntou para mim: se eu conseguir um lugar para você na Rádio Nacional de Brasília você larga esse seu emprego aí?”, relembra. O emprego de Eduardo não era qualquer um, ele era subgerente das casas Pernambucanas, o que em todo o interior do Brasil era, segundo ele, “o que tinha de bom”. E era verdade. “Os empregos nas Casas Pernambucanas davam um sinal de status”. Mas ele não iria deixar essa oportunidade passar. “Eu falei: que é que é isso? ‘Pelamordedeus’. Já tô arrumando a mala!”, conta.

Durante muito tempo, uma das cenas mais comuns nas casas brasileiras era toda a família, adultos e crianças, reunidos em torno de um rádio de pilhas. Nas salas, ouviam música, escutavam radionovelas, programas humorísticos, transmissão de jogos de futebol e, mais do que isso, muitos sonhavam com o mundo dos artistas, sobretudo, dos cantores. Era esse o cenário de uma era de ouro do rádio que levou o jovem Eduardo Gomes a desembarcar em Brasília. Se tivesse um pensamento conservador, não teria ido. Sua mãe, a pessoa até então mais importante de sua vida, foi contra. Várias pessoas de seu círculo social

diziam que ele era louco por deixar um emprego importante e rumar para o desconhecido. Mas Eduardo era destemido. Foi fazer o teste. Quando fez, passou. E como ele próprio diz: “Olha só que delícia! Me tornei o primeiro cantor da Rádio Nacional em Brasília”.

Metamorfose mexicana

Eduardo era um rapaz longilíneo e elegante, porte e aparência de artista. Para exercer suas funções na rádio, precisava se registrar como cantor, mas como já existia um intérprete homônimo, assumiu o nome artístico de Fernando Lopes. “Como eu cantava um repertório latino-americano, e também por causa desse outro cantor, escolheram para mim o nome”. O agora Fernando Lopes tinha, além de uma bela voz e muito porte, um pequeno segredo. Para seus fãs e ouvintes da rádio era um artista de origem mexicana. “O povo adorava um cantor estrangeiro, eu então adotei a obrigação de só falar portunhol”. E assim se viu encarnado num perfeito mexicano. Uma das primeiras providências foi encomendar de artesãos de circo um traje de charro tradicional, que incluía um sombrero, terno bem ajustado e botas, tudo com muita cor. Para completar, foi preciso deixar os cabelos bem lisos e brilhantes, nem que para isso precisasse passar o ferro quente.

“O povo adorava um cantor estrangeiro, eu então adotei a obrigação de só falar portunhol”

Fernando Lopes

Após sua instalação em Brasília em 59, Fernando foi por oito anos consecutivos um dos reis da noite da Cidade Livre, que passou a se chamar oficialmente Núcleo Bandeirante, e arredores. “Mexicano” duro na queda, chegou a fazer até três espetáculos por noite, deslocando-se, até amanhecer, de um lugar para outro em casas de show da região. Uma dessas casas era a boate-restaurante Bossa Nova, do ex-trapalhão Dedé Santana, que veio com o irmão Dino e a mulher, Ana Rosa, aproveitar “a febre do ouro” no centro geográfico do Brasil.

Em meados de 59, o maestro russo Isaac Colman, também funcionário da Rádio Nacional, pediu a Fernando que no dia seguinte colocasse sua melhor roupa e se preparasse para cantar para seu compadre. “Eram sete horas da noite, eu e mais uns três a quatro músicos deixamos a rádio, entramos em



Trajes usados por Fernando Lopes em suas apresentações em shows, programas de rádio e televisão, onde cantava músicas latinas.



O autêntico sombrero mexicano usado em tempos passados continua conservado como lembrança.

uma Kombi e saímos por aí”, relembra. Fernando não sabia ao certo onde estava, porque Brasília era um grande canteiro de obra. “Aí andamos em um mato danado em uma estrada ruim” até que, de longe, avistou uma pequena luz que aumentava conforme iam se aproximando.

Mais próximos ao ponto de chegada, percebeu que estava no Catetinho, a residência oficial do Presidente da República durante a construção de Brasília e que hoje é um museu. “Ao chegarmos ao local o maestro Colman disse: Ô Fernando, esse é meu compadre. E quem que era? Juscelino! Jesus crucificado!”, afirma. Quando se viu de frente a maior autoridade do Brasil, as pernas do elegante cantor tremeram. “Eu não sabia se eu dava a mão pra ele. Deu até vontade de ir ao banheiro”, conta. Naquele momento lembrou-se do falecido pai e lhe disse em pensamento: “Olha só pai, onde seu filho está! Eu não sabia se ria, ou se chorava de emoção”, relembra.

Em algum momento daquela noite, alguém lhe disse que o presidente gostava da música Granada e encerrou sua apresentação com ela - *granada, tierra soñada por mí*. “E essa música faz parte da minha vida. Apreendi essa canção com a mestre Nair quando eu tinha 12 anos de idade”. Assim que Fernando acabou de cantar, JK o abraçou e disse-lhe que sexta-feira

eles se reuniriam ali. “Se o maestro Colman vier, muito bem, se não vier, você vem pra cá pra a gente fazer uma serestinha aqui”. A partir daí, Fernando virou habituê do Catetinho e até hoje seus velhos amigos o tratam também como o neguinho do Juscelino, pois ao notar sua ausência durante algum momento nas serestas, o Presidente perguntava: cadê o neguinho?

O Catetinho testemunhou muitas serestas de Juscelino com seus amigos políticos e músicos, como o violonista Dilermando Reis, os cantores Silvio Caldas, Francisco Petrónio e Elizeth Cardoso, além do maestro Isaac Colman e Juca do Acordeon. E, naturalmente, o menino que começou a vida como Duardinho. Um dos casos que marcaram a história do Catetinho foi o convite do presidente a Tom Jobim e Vinícius de Moraes para compor um hino de exaltação à capital que estava nascendo, quando surgiu a Sinfonia da Alvorada.

De lá para cá

Para um artista versátil como Fernando Lopes, a televisão foi outro caminho natural. Durante os anos 1960, ele participou de programas de auditório, bem como organizou ou concorreu em concursos de marchinhas de carnavais. Foi nessa época que equipou um apartamento da quadra 403 Norte de Brasília,



Fernando se apresentando na TV Nacional de Brasília no início dos anos 1960. Foto: Arquivo Pessoal

trouxe a mãe e a família de Goiás. Tudo que adquiriu foi fruto de seu trabalho. “Apesar de minha amizade com Juscelino, nunca pedi nada a ele”, relata. “Ao chegar aqui eu vi que tinha muito trabalho. As pessoas chegavam a trabalhar em três turnos. Eu não sabia quanto iria ganhar na Rádio Nacional, então consegui um emprego também na Novacap”, a companhia que coordenou a construção da capital. Ao final do primeiro mês de trabalho Fernando teve uma grata surpresa: seu salário na Novacap era três vezes maior do que nas Casas Pernambucanas. Pouco tempo depois, saiu seu pagamento na Nacional e ficou novamente deslumbrado: também era três vezes maior. “Olha só que delícia: Fiquei rico do dia para noite”, brinca.

“Olha só que delícia: fiquei rico do dia para noite”

Fernando Lopes

Dona Domitildes, mãe de Fernando, teve medo quando partiu para o desconhecido a fim de morar com o filho. Foi um período de descobertas para a recém-chegada de uma cidade pequena. Certo dia, quando caminhava pelo apartamento, assombrou-se com uma imagem na TV. Lá, cantando a plenos

pulmões, estava seu filho. Orgulhosa, emocionada, chamou a filha Geralda e o restante da família para vê-lo: “Olha só minha gente, onde o Duardinho está”. Enquanto isso, Fernando dava duro ainda na Novacap e no Departamento de Educação e Difusão Cultural (DEDC), no qual trabalhava com eventos e difundia a educação e cultura pelo Distrito Federal. Mais tarde foi transferido para o Departamento de Telefonia Urbana e Interurbana, que no futuro se transformaria na Cotelb e depois Telebrasil, antigas companhias telefônicas da cidade.

Discreto, Fernando Lopes desconversa quando o assunto chega aos seus relacionamentos e amores do passado. “Sou um solteirão, livre e desimpedido”, brinca, embora use uma misteriosa aliança de ouro na mão esquerda. “O passado passou e sou viúvo de um grande amor”, encerra o assunto. A descrição, entretanto, vai embora quando fala de Khatia. “Minha filha é o meu mais valioso tesouro”. Nascida em Brasília no final da década de setenta, Kathia Pereira mora com o pai, o marido Rafael e o primo João Bosco em uma confortável casa no Lago Norte. De vez em quando Fernando deixa a casa para fazer algo que simplesmente adora: pescar. São algumas vezes por ano, na maioria das vezes em rios de Goiás e Mato Grosso. Sobre o hobby ele tem uma peculiaridade: “Eu pesco, mas não como peixe, pois já entalei com uma espinha

uma vez e fiquei com trauma”, relata.

Hoje Fernando é um simpático senhor aposentado, de fala tranquila e de riso franco que acorda cedo, faz hidroginástica, cumprimenta quase todas as mulheres – não importa a idade – com um “como vai essa menina linda?” e gosta de conversar com velhos amigos. De segunda a sexta, pouco antes do meio dia, bate ponto no Bar do Luizão, no começo do Lago Norte, no prédio do supermercado Pão de Açúcar. Ali pelas oito da noite, de segunda a sábado, com exceção da quarta feira, que é o “dia de rezar na maçonaria”, como ele mesmo diz, o ponto é no Grao, mais conhecido como Bar da Baixinha, na vida real Ivanise Ribeiro, nome de batismo que mesmo ela quase não se lembra, no canteiro central da quadra 13 do Lago Norte. Lá ele assiste ao Jornal Nacional em companhia de amigos, como os jornalistas Jorge Natal, Paulo Pestana e o advogado Miguel Ferreira, entre outros. Na sexta, vai à Quituart, também no Lago Norte, onde sempre tem música ao vivo.

É no Grao

A vida artística de outrora Fernando considera encerrada com um show que fez no Feitiço Mineiro, na Asa Norte de Brasília, no dia 18 de julho de 2016, que esgotou toda a lotação com duas semanas de antecedência. “Estava tão cheio que tive que dar uma carteirada para Kathia entrar”, diz. Mas volta e meia, ele dá umas canjas em festas de amigos ou em sua própria casa. A exemplo do que fez na primeira semana de outubro, quando foi a Ribeirão Preto cantar na festa de aniversário da mãe do jornalista Heraldo Pereira, da Rede Globo, seu velho amigo. Aliás, corre a lenda entre frequentadores do Grao que Heraldo é seu filho - não é. E é no Grao, onde há sempre uma mesa reservada em seu nome, que Fernando Lopes reencontra, todas as noites de domingo, o cantor de boletos e o mexicano dos primeiros anos de Brasília, sem as roupas e apetrechos dos tempos idos.

O local, que alguns chamam de Bar do Grao, sobrenome do falecido marido catalão da Baixinha, é



Fernando cantando no Grao.

um daqueles lugares que despertam a memória afetiva. “É um ponto que me lembrou dos bares de choro do Rio de Janeiro”, disse a carioca Maria Ventura, 43 anos, visitando pela primeira vez o espaço. Aos domingos, a partir das 18 horas, começa a armação de caixas de som e microfones que sustentam a farra com violões, cavaquinhos, bandolins, flautas, saxofone, percussão e o que mais aparecer, desde que o dono do instrumento saiba uma coisa: tocar ou cantar, músicas que vão do choro ao samba, pagode, passando por forró, românticas, valsinhas até algumas músicas estrangeiras. Comanda a festa o aposentado Sanson Alhadeff, violonista e cantor de um repertório diversificado, com as letras das músicas organizadas em um álbum. Tem o apoio de muita gente: do Índio, com seus quase noventa anos e o inseparável violão de sete cordas, o violão de Otavio, da percussão de Jeziel, Kalidasa e Chico Neto, o cantor e pandeirista Nivaldo, o flautista Rodrigo, entre outros. Sanson lembra que a música no Grao surgiu em

meados da década de 2000, capitaneada pelo bandolinista Coqueiro, ou Coqueirinho, famoso desde os primeiros anos de Brasília, quando tinha uma oficina mecânica na W3 Sul, uma das mais disputadas da cidade, que levava o seu nome. Falecido em 2013, dizia-se que ele afinava os motores (regulava) comparando com o som do seu bandolim. Não é à toa que no painel fixado na parede externa com caricaturas dos músicos e cantores que frequentaram ou ainda frequentam o Grão a sua é o destaque principal.

Ao chegar no Grao, Fernando Lopes pede um whisky com bastante gelo. Algumas vezes ele leva e distribui goles de uma cachaça de engenho que busca em fazendas de seus velhos amigos da Piracanjuba natal. A todo o momento, alguém aparece para dar-lhe um abraço ou pedir para não se esquecer de cantar determinada canção - *La Barca*, um bolero de 1957, é um dos campeões dos pedidos. Normalmente a noite segue animada até que, entre 9h30 e 10h, Raul começa dedilhar no bandolim a melodia de *Sabor a Mi*



Em suas apresentações no Grao Fernando tem sempre a companhia de Wagner Rodrigo, que canta todas as canções ao seu lado.



A voz do antigo seresteiro de Juscelino ainda contagia diferentes gerações.

(de 1959). É a senha para Fernando sair da mesa e assumir o microfone. As pessoas distantes se aproximam para desfrutar o momento mais de perto.

Raul Daniel Ferraz é o herdeiro entronizado de Coqueiro no Grao. Baiano de Vitória da Conquista, funcionário público com formação musical clássica, toca, além de choros, músicas baianas – das antigas, boas – o que mais aparecer. Os seus bandolins (tem vários modelos) e a guitarra baiana dá uma cor especial aos boleros e hits mexicanos que Fernando Lopes desfila por lá para uma plateia apaixonada, que sempre pede mais um. Se a música é democrática e diversificada, a plateia também é, como se pode ver pelas mesas e cadeiras de plásticos – algumas de madeira – espalhadas pela calçada e parte do estacionamento. Wagner Rodrigo de 21 anos, vascaíno assim como Fernando Lopes, é um esperto jovem que canta e dança sozinho, sem se importar se alguém está gostando ou não. Seu maior orgulho é ser reconhecido como ajudante de Fernando, a quem acompanha nas canções, mesmo sem o microfone.

“Eu gosto muito de sua voz e tudo que ele canta”, diz Maria de Nazaré, de 81 anos, sobre Fernando. Frequentadora assídua de todos os domingos, na falta

de um par, começa a dançar sozinha, dando às mais jovens uma aula de dignidade e autoestima. Para Raul Daniel, mesmo aposentado, como gosta de se rotular, Fernando “é uma das melhores vozes do Brasil. Simples assim, uma preciosidade”. Outro amigo, Jaderson Ribeiro, conta que ao conhecer o hoje grande amigo no Grao sentiu “uma empatia instantânea”, mesmo porque, apesar dos seus 87 anos, tem “vitalidade, quer viver”.

Depois de quatro a seis músicas, normalmente Fernando para de cantar, sob os protestos da plateia, que sempre quer mais. Afinal, como ele diz, já se aposentou da carreira profissional. “Se queres compreender o que é saudade”. É com esse trecho da música *Saudade* de Renato Teixeira que ele encerra sua participação na noite de 13 de outubro de 2019 no Grao e mostra, com sua firmeza e simplicidade, que algumas canções tendem a evocar memórias afetivas poderosas que resgatam boas sensações e emoções, muitas delas adormecidas em nosso inconsciente. Em tempo: Fernando é para os amigos chegados. Os demais frequentadores, jovens ou velhos, homens ou mulheres, mantêm a deferência: Seu Fernando. E olha que ele nem liga para este tal de Seu.



Foto: Arquivo Cedoc/UnB

E o povo foi às ruas

Texto Murilo Fagundes e Ingrid Ribeiro

Fotos Reprodução

Diagramação Laís Pinheiro



Foto: Pedro Ladeira/folhapress

Na esteira dos movimentos populares que ressurgiram em outras cidades na fase final do regime militar, a população candanga começou a sair para a rua. E há vários anos Brasília também é palco de manifestações que refletem as palpitações do povo brasileiro

Durante vários anos, a imagem de Brasília para grande parte da população brasileira foi de uma cidade oficial, fantasma, sem esquinas, sem povo na rua e sem alma. A imagem formada a partir dos longos e largos traçados de seus eixos rodoviários e espaços vazios se consolidou com o endurecimento do regime instalado no País em 1964, especialmente depois do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, que, à força, tirou trabalhadores e estudantes das ruas de cidades de todo o País.

“Foi uma manifestação, com certeza. Toda vez que um líder de oposição morria, como o João Goulart e o JK, havia diversas manifestações populares. Mas este foi um momento em que a população reconheceu um líder da oposição”

Matheus Gama

Mas, a partir de determinado momento, a Capital Federal começou novamente a mostrar sua cara e hoje convive, nem sempre pacificamente, com os movimentos que refletem os anseios de parte da sociedade. O longo silêncio no Planalto Central começou a acabar ruidosamente e com força durante a votação da emenda Diretas Já, em 1984 e, com o tempo, as manifestações foram ganhando força, levando novamente “a voz do povo” para as ruas, mostrando inclusive suas divergências e contradições.

Já durante o Governo do general Ernesto Geisel (1974 - 79), que prometera uma abertura política “lenta, gradual e segura”, recomeçaram os movimentos populares em várias cidades, que ganharam notoriedade com as greves dos operários do chamado ABC de São Paulo, onde se concentrava quase todo o parque automobilístico nacional. Brasília demorou algum tempo para se integrar aos novos movimentos de rua, mas houve uma exceção: Para alguns analistas, mais especificamente quando morreu Juscelino Kubitschek, em agosto de 1976, em um desastre de automóvel.

“Calcula-se pelo menos 20 mil, o número de pessoas que, até o fim da noite, se aglomeravam no cemitério, numa demonstração jamais vista na Capital do País”, reportava a Folha de S.Paulo, na edição de

24 de agosto de 1976. “As lágrimas já não eram de alegria, e sim de tristeza, no adeus a JK, transformado numa verdadeira festa cívica”, dizia o editorial do mesmo jornal.

O funeral de JK em Brasília foi pacífico, mas entendido por muitos como uma mensagem ao regime, que queria um enterro discreto para aquele que integrou a primeira lista dos que perderam os direitos políticos após o golpe de março de 1964. “A grande preocupação da Polícia Militar era fazer com que o cortejo andasse rapidamente, contudo, a multidão levou quase três horas para cobrir a pé o percurso de três quilômetros”, dizia a reportagem de capa da Folha. O corpo de Juscelino foi da Catedral de Brasília até o cemitério Campo da Esperança em um caminhão do Corpo de Bombeiros, empurrado pelo povo.

“Foi uma manifestação, com certeza. Toda vez que um líder de oposição morria, como o João Goulart e o JK, havia diversas manifestações populares. Mas este foi um momento em que a população reconheceu um líder da oposição. E essa manifestação pode ser considerada também um recado para a ditadura militar, em termos de esvaziamento e de reconhecimento ao ex-presidente, principalmente, pela construção de Brasília”, diz Matheus Gama, historiador e professor da Universidade de Brasília.

Já na década de 80, a manifestação que marcou as pistas e gramados da Esplanada dos Ministérios foi a da votação das Diretas Já, em abril de 1984, a emenda que pretendia transformar a eleição para o sucessor do Presidente Figueredo em diretas. Isso porque nem a decretação do estado de emergência, uma medida excepcional prevista na constituição da época, nem a ocupação das ruas por forças militares impediram que as pessoas saíssem nas grandes manifestações com a finalidade de apoiar a discussão da emenda do deputado de Mato Grosso Dante de Oliveira.

As galerias do Congresso ficaram amontoadas, a pressão popular para que a emenda fosse aprovada cresceu. No livro “Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura”, os autores Domingo Leonelli e Dante de Oliveira, na época do PMDB - Leonelli da Bahia - se lembram do chamado “buzinaço”, também chamado de “badernaço”, quando motoristas buzinaaram e, posteriormente, manifestantes bateram latas, panelas, soltaram fogos em frente ao Palácio do Planalto e ignoraram a tentativa da polícia de conter a manifestação. O livro conta que o buzinaço se estendeu pela cidade, repetindo-se no dia da votação da emenda. A atenção de todo o país se voltou para Brasília, transformando o ato em um dos mais emblemáticos movimentos políticos da história nacional. Faltaram 22

votos para a emenda ser aprovada, mas foi o estopim para a eleição indireta de um candidato de oposição, Tancredo Neves, em 1985, dando fim ao regime militar.

A democracia e o povo nas ruas

Com a redemocratização consolidada, o impedimento do ex-presidente Fernando Collor, o primeiro eleito diretamente depois do regime militar, em 1989, levou brasileiros às ruas em 1992. Segundo os organizadores, 190 mil manifestantes se reuniram em frente ao Congresso Nacional para acompanhar a votação que autorizou a abertura do processo de impeachment contra o então presidente. Segundo a Polícia Militar, foram 100 mil. “Na hora em que o deputado Paulo Romano (PFL-MG) deu o voto que garantiu a admissibilidade do impeachment do presidente Collor, o carnaval tomou a praça”, reportou a FSP, referindo-se à Esplanada dos Ministérios.

Brasília, assim como outras cidades brasileiras, foi palco de protestos contra os processos de privatização de empresas estatais, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que assumiu em 1995.

Um dos mais significativos foi em 1999, segundo uma reportagem da Folha de S.Paulo. Organizada por sindicatos e partidos de oposição, a manifestação se posicionava contra as privatizações. “A ‘Marcha dos 100 Mil’ chega hoje a Brasília pedindo a abertura de

um processo por suposto crime de responsabilidade de FHC no processo de privatização das teles. Alguns setores vão pedir o impeachment do presidente”, informava a matéria. Na época, a PM calculou 40 mil participantes do ato, em oposição aos organizadores, que computaram cerca de cem mil manifestantes, número que deu o nome à marcha, que pretendia impedir a venda das empresas de telecomunicações de todos os estados para o setor privado, o que não conseguiu.

Ao longo dos anos 2000, os brasileiros ocuparam as ruas do centro do poder para reivindicar pautas ligadas, principalmente, ao âmbito profissional. Rodoviários, servidores públicos, trabalhadores rurais e docentes foram algumas das categorias que realizaram atos na Esplanada. “Os professores pedem um reajuste de 15,31% enquanto o GDF pede para retomar o diálogo em um prazo de 90 dias”, noticiava o jornal local Correio Braziliense em 21 de abril de 2009.

Mas foi aos 53 anos que Brasília participou, junto a outras capitais brasileiras, de uma onda de protestos que marcou a história moderna do Brasil: as Jornadas de Junho de 2013. Iniciadas no estado de São Paulo, as manifestações se opunham ao aumento de R\$ 0,20 na tarifa do transporte público. Aos poucos, as mobilizações ganharam uma proporção maior, e a pauta foi ampliada para protestar contra os gastos com a Copa das Confederações e a Copa do

Em um dos atos liderados pela deputada Bia Kicis (PSL-DF), manifestantes foram às ruas em defesa do pacote anticrime do ministro Sérgio Moro, 2019. Foto: @edalvesfotografia/CBPress



Mundo, no seguinte, corrupção e temas voltados à educação e saúde.

Entre 30 e 40 mil pessoas saíram do Museu Nacional da República rumo ao Congresso e, no trajeto, seis faixas de trânsito do Eixo Monumental foram fechadas. Entretanto, a cena de jovens na parte de cima da estrutura convexa do Congresso Nacional foi uma das imagens mais emblemáticas das manifestações do dia 20 de junho de 2013.

Na visão do cientista político Thiago Andrade, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, esse movimento foi atípico em relação às outras mobilizações que tiveram repercussões na capital. “As grandes manifestações que aconteceram em Brasília eram articuladas a partir de uma movimentação nacional de diferentes grupos, organizações e sindicatos, que fazem uma viagem para capital. Talvez a gente tenha visto, em um momento fora da curva, muita gente mobilizada aqui de Brasília para as manifestações de 2013”, explica o cientista.

Três anos depois, em 2016, um novo episódio marcou a história da sede do poder brasileiro. Foi montado o “Muro do Impeachment” para a votação do impedimento da então presidente Dilma Rousseff. Divididas em duas zonas na frente do Congresso, pessoas a favor do processo ficaram de um lado e, do outro, as que eram contra. “Temos que considerar aquele momento [impeachment da presidente Dilma] um dos mais importantes da história política brasileira de todos os tempos. Foi quando tanto as forças

políticas de esquerda quanto as da direita se concentraram em uma manifestação aqui em Brasília”, relembra Andrade.

Na avaliação do historiador Matheus Gama, todos esses marcos, desde a década de 60, foram importantes para consolidar o espírito manifestante característico da capital nos dias de hoje. “Faz toda a diferença quando se tem um movimento social realizado em Brasília, porque, mesmo com menos pessoas algumas vezes e após tanto tempo de manifestações proibidas, consegue-se chamar mais atenção do que em outros lugares, como Rio de Janeiro e São Paulo. Brasília é efetivamente o centro do poder”, analisa.

Do lado de dentro

Há também quem pense que a localização privilegiada da Esplanada não significa necessariamente que a mensagem das ruas chegue ao Parlamento. É o caso de uma motorista de aplicativo em cujo carro a reportagem da *Campus Repórter* entrou. Sem querer se identificar, a motorista estampava no rosto a descrença em relação à real efetividade das manifestações. Ela disse que já foi uma “cara-pintada”, no impeachment do ex-presidente Collor, mas confessou que hoje já não vê mais sentido nos movimentos de rua. Para ela, os atos são, em maioria, bagunçados e pouco eficazes. “Essas passeatas, além de pararem o trânsito e atrapalharem as pessoas que querem trabalhar, não chegam em quem tem que chegar”, disse, apontando para as imponentes torres do Congresso Nacional.

Outro flagrante da manifestação de rua em defesa do pacote que pretende coibir o crime no País, 2019. Foto: @edalvesfotografia/CBPress



O entra e sai na chapelaria da Câmara dos Deputados, entrada principal do Parlamento, o movimento intenso no cafezinho ao lado do Plenário e

“A repercussão das manifestações dentro da Câmara é expressiva. Todo o burburinho sempre repercute dentro da instituição, para os parlamentares, e acaba provocando pressão política. Sempre falamos para os movimentos que é fundamental se manifestar”

Fábio Felix (PSOL-DF)

as discussões acaloradas sobre outros temas dentro do prédio pareciam confirmar a tese da motorista, que havia enfrentado trânsito congestionado devido à Marcha das Margaridas, manifestação que ela criticava. Mas as agendas dos dias 15 de maio e 23 de agosto, datas em que Brasília recebeu algumas das maiores

passeatas do ano de 2019 – em defesa da educação e da Amazônia – mostravam o contrário: as demandas das ruas respingavam na pauta dos congressistas.

Na manhã de 15 de maio, alunos e professores gritavam palavras de ordem, estendiam faixas e se aproximavam do Congresso em protesto contra o corte de verbas na educação feito pelo Governo do Presidente Jair Bolsonaro. À tarde, deputados ouviram, por mais de três horas, o ministro da Educação recém-empossado, Abraham Weintraub, sabatinado na tribuna e confrontado diversas vezes por parlamentares que refletiam ou rebatiam os discursos que tinham vindo das ruas mais cedo. Já no dia 23 de agosto, o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), anunciava comissão externa para acompanhar queimadas na Amazônia, e, enquanto isso, manifestantes criticavam o descaso ambiental do lado de fora, ou seja da política governamental.

Participante de mobilizações estudantis em Brasília desde a época da faculdade, quando foi coordenador do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade de Brasília (UnB), o deputado distrital Fábio Félix (PSOL-DF) percebe, agora como parlamentar, os efeitos que as manifestações têm no ambiente político. “A repercussão das manifestações dentro da Câmara é expressiva. Todo o burburinho sempre repercute dentro da instituição, para os parlamentares, e acaba provocando pressão política. Sempre falamos para os movimentos que é

Manifestantes vão à Esplanada dos Ministérios em defesa da educação e contra o contingenciamento anunciado pelo ministro Abraham Weintraub, 2019. Foto: @edalvesfotografia/CBPress





Estudantes de escolas públicas do Distrito Federal se concentram no espelho d'água na Esplanada dos Ministérios e jogam água em policial, 2011. Foto: @edalvesfotografia/CBPress

fundamental se manifestar”, defende.

A deputada federal Bia Kicis (PSL-DF) também acredita que as manifestações são ferramentas de pressão política. Nas redes sociais, a congressista convida o eleitorado a participar de mobilizações políticas pró-governo, além de compartilhar sua ida a atos populares na Esplanada dos Ministérios. “Comecei a ir às manifestações em 2014. Acredito na força desses movimentos, tanto que conseguimos tirar uma presidente do poder”, relata a parlamentar.

Voz dos estudantes e servidores

Aumentos de salários, protestos contra demissões de terceirizados, revolta contra ausência de concursos e luta pela manutenção da estabilidade. Todas essas pautas foram forças motrizes para várias das manifestações que tomaram as ruas de Brasília nos últimos e únicos 60 anos da cidade. E não poderia ser diferente. Terceira unidade da federação que mais paga salários ao setor público no Brasil, segundo o IBGE, a capital Federal tinha, em 2017, 33% dos trabalhadores no funcionalismo estatal.

Além dos servidores públicos, outro grupo de manifestantes que costuma tomar as ruas da Esplanada é o dos estudantes, principalmente da Universidade de Brasília (UnB). E não é de hoje, explica o historiador Matheus Gama: “O movimento estudantil em Brasília

sempre foi extremamente forte. A liderança mais conhecida é a do Honestino [Guimarães], mas havia diversas. E a própria universidade era o polo de quem fazia passeatas, movimentações, protestos, inclusive, com relação a eventos que ocorreram nacionalmente, como a morte de Edson Luís. Prova disso é que a UnB foi invadida três vezes antes do AI-5 por causa da força que tinha o movimento estudantil de Brasília”.

O servidor federal Edimilson Lima viu de perto a evolução dos movimentos de servidores e estudantes na cidade. Participante de manifestações desde a década de 80, presenciou a luta pela defesa da democracia, de 1984 a 1986, o Badernaço, o movimento de impeachment do ex-presidente Collor, além das manifestações contra o processo de privatizações encabeçados pelo governo FHC. Porém, na avaliação dele, que hoje coordena o Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub), a participação de servidores públicos nos atos diminuiu. “É natural essa diminuição, porque hoje há muito assédio moral em torno do servidor público, e esta é uma forma de afastar o manifestante das ruas. Afinal, uma coisa é ter livre direito de manifestação, a outra é o chefe falar, por exemplo, para o funcionário dar baixa no ponto”, critica.

Já o movimento estudantil, na avaliação de Lima, está se reerguendo na universidade. “Na grande

maioria das assembleias que fazemos na UnB tem presença majoritária de estudantes. Tivemos lutas contra cortes orçamentários e, mesmo com repressão, o movimento estudantil respondeu a ataques que o governo faz contra universidades. É sinal de que o movimento resiste mesmo com artimanhas”, conta.

É o que acredita, também, Leonardo Matheus, estudante e integrante da União Nacional dos Estudantes (UNE). Ele diz, contudo, que existem outros entraves à manifestação dos grupos estudantis. “Temos visto muita mobilização, sim. Nos últimos atos, a UnB, por exemplo, compareceu em peso nas passeatas. Mas a repressão policial sempre afasta muito as pessoas, além do transporte, que é caro e lento para quem precisa se mobilizar da periferia para o centro”, explica.

Já no fechamento desta edição a *Campus Repórter* assistiu a mais embate entre manifestantes e policiais em Brasília. O expediente nem havia começado no início da manhã de quarta-feira, 23 de outubro, quando cerca de 30 ativistas ligados ao Greenpeace, vestindo camisetas pretas e carregando faixas, chegaram em frente ao Palácio do Planalto, sede da Presidência da República, e começaram a espalhar um óleo preto e pedaços de madeira queimada nas pistas onde circulam os veículos. Enquanto o presidente Jair Bolsonaro cumpria um périplo internacional incluindo o Japão, China e Oriente Médio, a manifestação tomava conta de um pedaço de Brasília. Embora reduzida em

número participantes, sobretudo se comparada a outras que ocorreram ao longo dos anos, fez muito barulho, com ampla repercussão na imprensa brasileira e do exterior.

Era uma iniciativa da Greenpeace, uma organização internacional com sede na Holanda e representações em dezenas de Países, incluindo o Brasil, voltada para defesa de preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. E o protesto se referia ao vazamento de petróleo no mar, a cerca de 700 quilômetros da costa brasileira, mas que alcançou dezenas de praias no litoral do Nordeste, a partir do mês de setembro, fato bastante explorado também pela imprensa nacional e externa.

Os “ecoterroristas”, conforme definição do Ministro do Meio Ambiente do Brasil, Ricardo Salles, segundo o Greenpeace, espalharam em frente ao Palácio do Governo apenas uma mistura não tóxica de tapioca, maizena e anilina, facilmente removível com água. Já a madeira queimada teria sido recolhida em áreas de extração ilegal na Amazônia. A Polícia Militar do Distrito Federal levou 17 militantes para uma delegacia da cidade, todos liberados três horas depois sem acusação formal. A Organização comemorou o sucesso de mídia para o protesto estampado em suas faixas, que diziam, por exemplo, “Pátria queimada, Brasil”, “Um governo contra o meio ambiente” ou “O Brasil manchado de óleo”. Assim é Brasília em tempos de democracia.

Protesto do Grupo Greenpeace em frente ao Palácio do Planalto contra a política ambiental do Governo Bolsonaro, 2019.

Foto: @edalvesfotografia/CBPress





Pôr do sol



Diagramação **Lais Pinheiro**
Texto e Fotos **Beatriz Rodrigues**

Com apenas 11 anos de sua fundação, em 1971, Brasília já tinha cerca de 70.000 habitantes vivendo em ocupações irregulares em aglomerados em torno do centro da cidade. Os dados do recenseamento geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano anterior indicou que a população total da capital era de 546 mil. Foi nesse cenário que, em 71, a partir da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), do governo do Distrito Federal, surgiu a cidade satélite Ceilândia, dividida em diversos setores, entre eles o Pôr do Sol.

A ocupação irregular, que hoje se chama de Setor Habitacional Pôr do Sol, começou na década de 1990 e se consolidou nos anos 2000. No início, os cerca de 300 moradores enfrentaram muitas dificuldades, várias casas foram derrubadas pelo governo, para logo em seguida serem reconstruídas diversas vezes. Com insistência, muitos conseguiram ficar no local e, atualmente, 16 mil pessoas vivem lá, muitos moradores antigos. A maioria dos habitantes é de baixa renda, que enfrentam a falta de saneamento básico, escolas, rede hospitalar, infraestrutura e policiamento nas ruas, entre outros serviços essenciais.

Recentemente o setor recebeu atenção dos meios de comunicação e governantes, depois de se tornar, dia 14 de agosto de 2019, a 32ª Região Administrativa do DF, independente da região de Ceilândia, depois de uma vinculação de quase 30 anos. Neste ensaio, você vai conhecer a vida cotidiana dos moradores e um pouco do que compõe o Pôr do Sol. Um retrato atual, que tende a desaparecer com o tempo e o desenvolvimento que normalmente ocorre no DF, quando um aglomerado habitacional ganha o status de Região Administrativa.





O Centro de Ensino Fundamental 32 de Ceilândia foi inaugurado em 26 de agosto de 2009 e é a única escola do setor. Atende alunos do Infantil ao Ensino Fundamental.



São comuns no Setor casas não terminadas. Alguns moradores, à procura de um lugar para viver e sem condições financeiras, acabam construindo casas sem reboco e apertadas..



Morador caminha para casa no calor das 12 horas, em uma região onde diversas habitações ainda não foram concluídas.



Estudantes voltam para casa depois da escola, onde desenvolve-se atividades nos dois turnos.



Sebastião Gonçalves, mais conhecido como Tião, tem 55 anos e mora há 12 anos no setor. “Eu gosto de morar aqui, não é aquele gostar muito não, mas a gente gosta”.



Não há muito movimento à noite na cidade. Muitas pessoas reclamam da falta de segurança e têm medo.



O caminhão de coleta do lixo e ônibus entram apenas em algumas ruas. A maioria é estreita e sem saída. Duas linhas de ônibus passam apenas nas ruas principais, para Taguatinga e Ceilândia.







No dia 5 de maio de 2019 ocorreu um evento em comemoração à Páscoa, organizado por um grupo de voluntários da Faculdade UniCEUB.



Um dos supermercados do Pôr do Sol inaugurado em 2018. Moradores do setor preferem comprar nos mercados próximos, onde os preços são mais acessíveis.



Evento promovido por voluntários proporcionou brinquedos, lanches e várias atividades para a comunidade.



O Setor Habitacional Pôr do Sol visto de cima. Aqui, a Quadra 104.

Campus Repórter

É uma publicação semestral do Departamento de Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, voltada para a prática da reportagem. Seu objetivo principal é oferecer aos alunos a oportunidade de aperfeiçoar conhecimentos adquiridos durante a vida acadêmica.

A revista destina-se a alunos dos semestres mais avançados do curso de Jornalismo, mas também de Audiovisual, Publicidade e Propaganda, Comunicação Organizacional e outros cursos da UnB, que tenham interesse na produção de reportagem, fotografia, edição, diagramação, editoração e artes gráficas.

Desde a sua criação, em 2007, a Campus Repórter é produzida em suas várias etapas por alunos, sob a orientação de professores da Faculdade de Comunicação.

Revista Campus Repórter

Ano 13, Nº 23 | Novembro de 2019

Impressão Tavares e Tavares

Tiragem 1.600

Faculdade de Comunicação

Diretor

Dione Oliveira Moura

Vice-Diretora

Tiago Quiroga Fausto Neto

Chefe do Departamento de Jornalismo

Zanei Ramos Barcellos

Chefe do Departamento de Audiovisuais e Publicidade

Denise Moraes

Chefe do Departamento de Comunicação Organizacional

Érica Bauer Oliveira

Coordenador dos Cursos de Jornalismo, Publicidade e Audiovisual

Sérgio Ribeiro de Aguiar Santos

Coordenadora do Curso de Comunicação Organizacional

Elen Cristina Geraldês

Coordenador de Pós-Graduação

João José Azevedo Curvello

Coordenadora de Extensão

Rose May Carneiro

Coordenadora de Laboratórios

Elton Bruno Barbosa Pinheiro

Coordenadora de Projetos Finais

Suelen Brandes Marques Valente

Endereço

Faculdade de Comunicação,
Campus Universitário Darcy Ribeiro, ICC Norte
CEP: 70 910-900 Brasília-DF

Tel: (61) 3107 6527

E-mail : fac@unb.br

<http://www.fac.unb.br>